

Entre palavras e câmeras: como o jornalismo hegemônico constrói a realidade do conflito israelo-palestino no Brasil¹

Kayza Kéttely Araújo²

Patrícia D'Abreu³

Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes

Resumo

No jornalismo, a produção e construção de conteúdos estão intrinsecamente ligadas ao reforço de ideologias. Embora existam diversas tentativas de posicionar o jornalismo como neutro, a prática jornalística implica atribuir significados à realidade, influenciando sua construção e percepção social. Este artigo examina essa dinâmica por meio da análise da cobertura midiática sobre a guerra israelo-palestina, na qual 98% das vítimas fatais foram palestinas. Ainda assim, observa-se uma tendência da mídia em vilanizar o povo palestino e enaltecer Israel, contribuindo para a legitimação do sionismo e a consolidação de uma narrativa assimétrica sobre o conflito.

Palavras-chave

Hegemonia; Telejornalismo; Sionismo; Palestina; Israel

1. Introdução

Pensar o fazer jornalístico é, necessariamente, refletir sobre como os conteúdos são construídos. A produção de notícias está intrinsecamente ligada a um domínio ideológico (Gramsci, 2007), consolidado por meio dos Aparelhos Ideológicos do Estado (Althusser, 2003). No caso do jornalismo, o jornal atua como um desses aparelhos, reproduzindo e reforçando visões de mundo que servem aos interesses do sistema vigente.

Embora seja imposto socialmente que jornais de credibilidade devam manter a neutralidade, essa pretensão é praticamente impossível. Nomear, descrever e interpretar são ações que inserem elementos no mundo simbólico e na ordem discursiva (Charaudeau, 2009). Dessa forma, o jornalismo não se limita a descrever ou refletir a realidade; ele participa ativamente de sua construção, servindo às estruturas de poder e às ordens estabelecidas.

Com o objetivo de interpretar e comparar as mensagens midiáticas, analisou-se, de maneira quantitativa, a forma como os telejornais “Jornal Nacional” e “Jornal da Record” abordaram três acontecimentos relacionados à guerra israelo-palestina. Ao mesmo tempo,

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – 19ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante do quinto período do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: kayza.santo@edu.ufes.br

³ Orientadora do trabalho. Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense e Mestra em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora e professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: patricia.abreu@ufes.br

observou-se que o conteúdo jornalístico contribuía para a construção de uma realidade que favorece determinados interesses. Nesse contexto, o crescimento do sionismo no Brasil mostrou-se diretamente relacionado à forma como a mídia retrata o conflito.

2. As estruturas de poder e a construção de notícias

2.1 Jornalismo: um instrumento de poder

Para Gramsci (2007), o conceito de hegemonia refere-se à forma como um grupo dominante exerce poder sobre a sociedade. Essa influência é fundamental para a manutenção do sistema vigente e da ordem social estabelecida. Gramsci enfatiza que o domínio não se sustenta exclusivamente por meio da coerção física ou jurídica, mas também pela construção e disseminação de uma hegemonia cultural, que molda a opinião pública e os valores sociais.

O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação de força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública — jornais e associações —, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 2007, p. 95).

Esse domínio ideológico é consolidado por meio dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs), conceito desenvolvido por Althusser (2003). Diferentemente dos Aparelhos Repressivos do Estado, que atuam por meio da coerção e da violência, os AIEs operam predominantemente no campo das ideias e da cultura. Althusser (2003) afirma que “Nenhuma classe pode duravelmente deter o poder do Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos do Estado” (p. 49).

Nesse contexto, o jornalismo desempenha um papel central na sociedade contemporânea, atuando como um dos principais mecanismos de formação da opinião pública. Habermas (2003) analisa a transformação da imprensa ao longo do século XIX, destacando como a comercialização do jornalismo o tornou suscetível a influências externas.

O jornal acaba entrando numa situação em que ele evolui para um empreendimento capitalista, caindo no campo de interesses estranhos à empresa jornalística e que procuram influenciá-la. A história dos grandes jornais na segunda metade do século XIX demonstra que a própria imprensa se torna manipulável à medida que ela se comercializa. Desde que a venda da parte redacional está em correlação com a venda da parte dos anúncios, a imprensa, que até então fora instituição de pessoas privadas enquanto público, torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas -ou seja, pórtico de

entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública (HABERMAS, 2003, p. 217-218).

Assim, o jornalismo, ao se tornar um instrumento de poder e influência, reflete as contradições inerentes ao sistema capitalista, onde interesses privados frequentemente se sobrepõem ao ideal de uma esfera pública democrática e plural.

2.2 O conteúdo jornalístico na construção da realidade

A imparcialidade, é frequentemente associada à veiculação de informações de maneira íntegra e objetiva, o que legitima sua existência como prática social séria e confiável. No entanto, ao analisar textos jornalísticos, percebe-se uma tentativa de apagamento das marcas do escritor, estratégia que visa conferir maior credibilidade ao discurso e levar o receptor a aderir à notícia sem questionar seu viés (Vasconcelos, 2023).

Como destaca Charaudeau (2009), é importante ressaltar que os acontecimentos existem, inicialmente, como um "mundo a comentar", cabe ao jornalista atribuir significado a esses acontecimentos e torná-los inteligíveis para o público.

Segundo Martin W. Bauer (2008), a análise de conteúdo “é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada” (p. 191). Nesse sentido, tal metodologia possibilita uma leitura quantitativa que, por sua vez, se desdobra em uma compreensão qualitativa dos fatos jornalísticos, ao permitir a identificação de linhas temáticas e ideológicas que não se limitam a relatar fatos, mas desempenham um papel ativo também na construção simbólica da realidade.

Dessa forma, essa construção do conteúdo jornalístico, revela-se como um mecanismo de poder que, ao mesmo tempo em que informa, também conforma visões de mundo e legitima determinadas ordens sociais por meio da forma que as notícias são transmitidas.

3. O conflito Israel x Hamas e o crescimento do movimento sionista

3.1 As origens do conflito

A questão palestina persiste há décadas, atingindo um novo patamar de tensão em 2023 com o agravamento do conflito territorial entre o Estado de Israel e a Palestina. Para compreender as raízes desse embate, é necessário retroceder à antiguidade.

No início da era cristã, a Judéia (Israel) era uma província do vasto império romano. Sucedia que tal província era a que mais se revoltava contra a opressão romana. Em razão disso, a repressão romana foi tão violenta que culminou com a diáspora, que se iniciou em 70 d.C., com o general Tito destruindo Jerusalém, completando-se em 135 d.C., no império de Adriano, quando o general Severo derrotou o líder da resistência judaica

Bar Kochba, expulsando de vez o povo da província da Judéia, a qual passou a se chamar província Síria Palestina, dominada pelos Árabes a partir de 640 d.C. Embora sem território ou pátria, os judeus não desapareceram enquanto nação e povo, pois em cada canto do mundo eles formaram comunidades, não se misturaram com outros povos e raças e conseguiram preservar a sua cultura, religião, língua e tradições. Em 1947, a ONU aprovou a partilha da Palestina para a formação de Israel (o voto brasileiro foi decisivo) e, em 1948, foi criado o Estado de Israel. Era o fim da diáspora. (BELISÁRIO, 2010, p. 2).

Em 1948, a ONU criou o Estado de Israel em uma região já habitada pelo povo palestino há mais de 1800 anos. A divisão previa 53% do território para Israel, 43% para os palestinos e 1% - Jerusalém - sob controle internacional da ONU. Após essa criação, começou a expulsão dos palestinos, levando à ocupação israelense de grande parte da Palestina. Como resultado, os palestinos foram empurrados para áreas como a Cisjordânia e a Faixa de Gaza.

Em 1967, a ONU exigiu que Israel saísse dos territórios ocupados e voltasse às fronteiras de 1948, mas a ordem não foi cumprida. Hoje, muitos palestinos vivem em campos de refugiados e dependem de ajuda humanitária da ONU.

Em 1987, nasceu o Hamas, na Cisjordânia, um grupo de resistência que defende a criação de um Estado palestino islâmico em toda a região entre o rio Jordão e o mar Mediterrâneo - área hoje controlada por Israel. Em 7 de outubro de 2023, o Hamas lançou um ataque inédito contra Israel, dando início a um conflito que durou 500 dias. O confronto deixou 63.753 mortos, sendo cerca de 98% palestinos. A enorme diferença no número de vítimas gerou denúncias de genocídio por organizações internacionais, que criticaram a violência e seus efeitos sobre civis palestinos.

Para justificar-se, o terrorismo de Estado fabrica terroristas: semeia ódio e colhe álibis. Tudo indica que esta carnificina de Gaza, que segundo os seus autores quer acabar com os terroristas, conseguirá multiplicá-los. (GALEANO, 2014)

A posição do Brasil em relação à questão palestina tem sido a de reconhecer o Estado Palestino com base nas fronteiras anteriores a 1967. Essa postura foi reafirmada pela então presidenta Dilma Rousseff durante a abertura da Assembleia Geral da ONU em setembro de 2011. Apesar disso, observa-se um crescimento expressivo do movimento sionista no Brasil.

3.2 O sionismo cristão

O sionismo é um movimento que surgiu no século XIX entre as comunidades judaicas da Europa, com o objetivo de estabelecer um Estado judeu como solução para a diáspora e a perseguição histórica enfrentada pelo povo judeu. Já o sionismo cristão, tem raízes distintas. Enquanto o sionismo judaico estava ligado à busca por autodeterminação e segurança, o sionismo cristão era motivado por interpretações teológicas que viam o retorno dos judeus à Terra Santa como um cumprimento de profecias bíblicas.

Com a criação do Estado de Israel em 1948, o sionismo cristão ganhou ainda mais força, tornando-se cada vez mais associado ao campo conservador protestante, principalmente nos Estados Unidos. Esse movimento não apenas apoiava Israel politicamente, mas também via o país como um elemento central em suas crenças escatológicas. A partir da segunda década dos anos 2000, dois países da América Latina passaram a se destacar pela visibilidade e organização do sionismo cristão, unindo de maneira explícita religião e política: Brasil e Guatemala (Carranza, 2022). Nesses países, o movimento ganhou expressão tanto no âmbito religioso quanto no político, influenciando decisões governamentais e fortalecendo laços diplomáticos com Israel.

No Congresso Nacional brasileiro, os parlamentares pentecostais têm se inserido de forma ativa no jogo político, travando lutas simbólicas para consolidar sua visão sionista como a única interpretação universalmente aceita sobre o conflito israelo-palestino no cenário político brasileiro (Zimmer, 2024). Essa postura ganhou ainda mais força durante o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), quando a bandeira de Israel foi amplamente utilizada como um símbolo de identificação entre seus eleitores, dos quais 51% eram evangélicos. A adoção da bandeira israelense transcende o âmbito político, tornando-se parte da estética dos templos pentecostais e incorporando-se a eventos religiosos de grande visibilidade, como a Marcha para Jesus, manifestação multitudinária que ocorre anualmente (Carranza, 2022).

4. Jornal Nacional e Jornal da Record

Apesar de a TV Record ser a emissora mais antiga do Brasil, foi o Jornal Nacional, da Rede Globo, o primeiro telejornal do país a ser transmitido em rede nacional. A consolidação da televisão brasileira está intimamente ligada ao contexto do governo militar (1964-1985), à Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento e à ideia de

integração nacional. A exibição do Jornal Nacional em cadeia nacional só foi possível graças aos investimentos do regime ditatorial em uma infraestrutura comunicacional (Gomes, 2010).

Nesse contexto, a submissão da TV Globo ao regime ditatorial foi uma manobra estratégica para garantir benefícios econômicos, fortalecendo sua independência financeira por meio de recursos estatais. Foi assim que a TV Globo e seu jornalismo se desenvolveram: em um cenário de ausência de liberdade de informação, surgiu o chamado "Padrão Globo de Qualidade" (Gomes, 2010).

Já o telejornalismo da Record começou a se desenvolver mais tardiamente, com programas como o Dia D, considerado por alguns uma inspiração para o Globo Repórter. O Jornal da Record foi lançado posteriormente, inspirado no Jornal Nacional, assim como o É Tempo de Notícia, rebatizado de Record em Notícias.

Em novembro de 1989, Edir Macedo Bezerra, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), e o empresário Odenir Laprovita Vieira adquiriram a Record em sua totalidade, promovendo diversas mudanças no canal. Por pertencer ao alto escalão da IURD, muitos dos posicionamentos assumidos pelo Jornal da Record estão alinhados aos interesses da igreja.

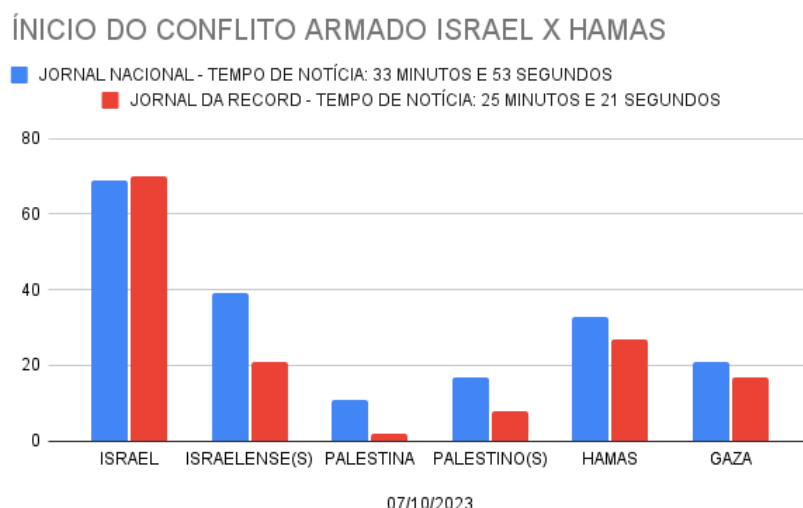
5. O genocídio palestino na mídia brasileira: uma análise sob a perspectiva do Jornal Nacional e do Jornal da Record

Com base no apanhado teórico proposto, buscou-se realizar uma análise de conteúdo de como os dois principais telejornais do país -Jornal Nacional (Rede Globo) e Jornal da Record (Rede Record) -abordam a questão do explícito genocídio palestino em curso desde o dia 7 de outubro de 2023.

A análise concentrou-se na enumeração da nomenclatura dos países em três momentos-chave do conflito: O início: quando o Hamas realizou o ataque a Israel e o governo israelense declarou guerra, em 7 de outubro de 2023; O massacre na Faixa de Gaza: quando Israel matou dezenas de palestinos que aguardavam por ajuda humanitária, em 29 de fevereiro de 2024; O início do fim: quando Israel e Hamas chegaram a um acordo de cessar-fogo.

A pesquisa foi conduzida por meio da observação das edições do Jornal Nacional, disponíveis na plataforma Globoplay, e do Jornal da Record, acessadas em seu canal oficial no YouTube.

Gráfico 1: Análise da frequência de menções às palavras Israel, israelense(s), Palestina, palestino(s), Hamas e Gaza nos telejornais Jornal Nacional (Rede Globo) e Jornal da Record (Rede Record) no dia 7 de outubro de 2023.



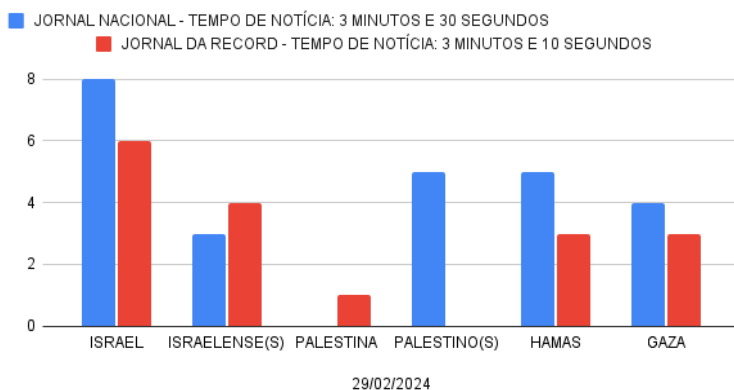
O Gráfico 1 mostra, de forma quantitativa, quantas vezes certos termos foram citados nos dois telejornais, permitindo analisar o foco dado por cada emissora ao conflito no dia do ataque do Hamas a Israel e da declaração de guerra pelo governo israelense.

Nos dois jornais, percebe-se uma narrativa que reforça Israel como vítima, tratando o ataque do Hamas como um fato isolado, sem conexão com o histórico do conflito. Essa abordagem ignora as causas profundas e transforma o embate em algo unilateral.

No Jornal da Record, essa tendência foi ainda mais evidente. Em apenas 25 minutos de cobertura, "Israel" foi citado 70 vezes, enquanto "Palestina" apareceu só 2 vezes. A diferença revela não só um desequilíbrio na cobertura, mas também uma escolha editorial que valoriza a visão israelense e apaga a história e as reivindicações do povo palestino.

Gráfico 2: Análise da frequência de menções às palavras Israel, israelense(s), Palestina, palestino(s), Hamas e Gaza nos telejornais Jornal Nacional (Rede Globo) e Jornal da Record (Rede Record) no dia 29 de Fevereiro de 2024.

ISRAEL MATA AO MENOS 112 E FERE CENTENAS DE PALESTINOS QUE ESPERAVAM POR COMIDA EM GAZA

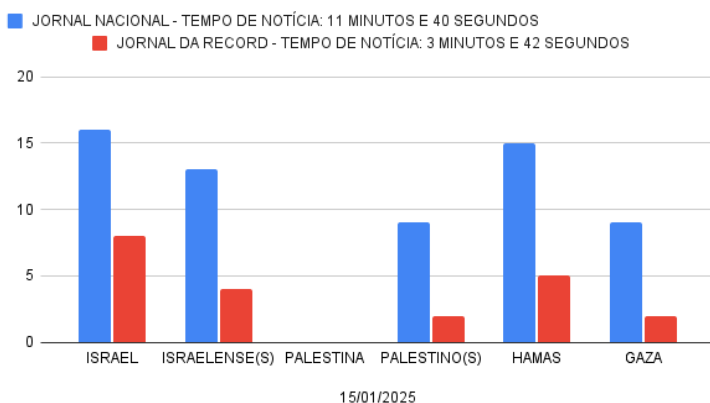


O Gráfico 2 refere-se ao episódio ocorrido no dia 29 de fevereiro de 2024, durante uma distribuição de comida e ajuda humanitária na Faixa de Gaza, que resultou, segundo o Ministério da Saúde local, na morte de 112 palestinos e em 760 feridos.

A análise revela, em primeiro lugar, o tempo reduzido dedicado à notícia: aproximadamente 3 minutos em ambos os telejornais. Isso levanta uma questão crucial: se o ataque tivesse sido perpetrado por um grupo de resistência palestino, ele receberia o mesmo tratamento e tempo de cobertura?

Além disso, observa-se mais uma vez o reforço discursivo do Estado de Israel. No Jornal Nacional, o termo Israel foi mencionado 8 vezes, enquanto no Jornal da Record apareceu 6 vezes. Em contraste, as vítimas do ataque foram praticamente invisibilizadas: não foram citadas no Jornal da Record e mencionadas apenas uma vez no Jornal Nacional. *Gráfico 3: Análise da frequência de menções às palavras Israel, israelense(s), Palestina, palestino(s), Hamas e Gaza nos telejornais Jornal Nacional (Rede Globo) e Jornal da Record (Rede Record) no dia 15 de Janeiro de 2025.*

HAMAS E ISRAEL CHEGAM A ACORDO DE CESSAR-FOGO



O gráfico analisado refere-se ao episódio que marcou o encerramento do conflito, quando Hamas e Israel chegaram a um acordo de cessar-fogo na Faixa de Gaza.

A análise da cobertura midiática revela que o Jornal Nacional, além de reiterar reiteradamente os termos “Israel” e “israelenses”, não fez menção à Palestina enquanto território e citou os palestinos apenas nove vezes. Esse número é significativamente reduzido, especialmente considerando que os palestinos representaram 98% das vítimas fatais do conflito.

De forma semelhante, o Jornal da Record dedicou apenas 3 minutos e 42 segundos à cobertura da notícia, omitindo a Palestina como território e referindo-se aos reféns palestinos exclusivamente como ‘presos’: “O cessar-fogo começa no próximo domingo e prevê a libertação de 33 reféns com prioridade para mulheres, crianças e idosos em troca de presos palestinos.” (13:17-13:28)

6. Considerações finais

Levando em consideração que o jornalismo funciona como um instrumento de poder e que os telejornais são construtores da realidade, analisar o conteúdo sobre o conflito israelo-palestino nos dois principais telejornais das maiores emissoras de televisão do Brasil é também examinar a construção da percepção pública sobre a guerra.

O reforço constante do termo Israel nos telejornais não apenas consolida a imagem de Israel como Estado, mas também contribui para o apagamento da história do povo palestino. Essa narrativa desequilibrada e parcial perpetua a invisibilização das vítimas palestinas e de suas demandas históricas.

Como destacou a jornalista palestina Shahd Safi, de 23 anos, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo: “A mídia é definitivamente cúmplice do genocídio. Com raras exceções, tem participado da propaganda que desumaniza os palestinos e contribui para que sejam mortos”.

Essa afirmação ressalta o papel crucial da mídia na formação de opinião pública e na legitimação de narrativas. A cobertura midiática, portanto, não é neutra: ela molda percepções, influencia políticas e pode ser instrumentalizada para legitimar atos de violência, apagar memórias históricas e reforçar um pensamento hegemônico, como o sionismo.

Referências

ALTHUSSER, L.; AUGUSTO, J. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio De Janeiro (Rj): Graal, 2003.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BELISSÁRIO, Luiz Guilherme. **A questão Palestina à luz da história, do DIP, da Teoria Tridimensional do Direito, da posição do Brasil e da Europa**. Roraima: Revista UFRR, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2009.

GALEANO, E. **Já pouca Palestina resta. Pouco a pouco, Israel está a apagá-la do mapa**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/galeano/2014/07/20.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2025.

GOMES, I. M. M. **Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise**. Brasil: E-Compós - Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2007.

GOMES, L. F. **Cinema nacional: caminhos percorridos**. São Paulo: Ed. USP, 2007.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere, volume 3**. -Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. -3º ed.-Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Trad.: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

JAZEERA, A. **Deaths from Israel's attacks on Gaza close to 62,000 as missing added**. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2025/2/3/gaza-death-toll-rises-close-to-62000-as-missing-added>>.

MACHADO, Maria Das Dores Campos; MARIZ, Cecília Loreto; CARRANZA, Brenda. **Genealogia do sionismo evangélico no Brasil**. Religião & Sociedade - v. 42, p. 225, 2022.

Record 65 anos: conheça a origem e a história da emissora de TV. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/emails/tv/record-65-anos-conheca-a-origem-e-a-historia-da-emissora-de-tv/?srsltid=AfmBOor77tBrjyt1TgXv5ytlbikgq11A7_i_BK45nzC6__ApKUDIDRBn>. Acesso em: 21 fev. 2025.

VASCONCELOS, Roberta Guimarães de Godoy. **O gênero notícia em uma análise textual discursiva**. Rio de Janeiro: Revista FT, Ed.122, 2023.

ZIMMER, Luís Gustavo. **“Nos tornarmos uma pátria tão próspera quanto o Estado de Israel”: o sionismo pentecostal no Congresso Nacional**. Minas Gerais, 2024.